

Inclusão no Ensino Superior: material de apoio para coordenadores(as) de curso

José Tadeu Acuna¹

Lúcia Pereira Leite²

Introdução

O ingresso de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino superior tem se ampliado nos últimos anos, exigindo respostas institucionais que garantam sua permanência e conclusão com qualidade, conforme previsto nas políticas públicas educacionais que se ancoram nos princípios da educação inclusiva.

Objetivos

Neste contexto, objetivou-se elaborar um conteúdo informativo e orientador, no formato de guia, dedicado a coordenadores(as) de cursos de graduação.

Argumento e Método

A coordenação de curso ocupa lugar estratégico na mediação entre estudantes e professores(as), isso pode se tornar um desafio quando há estudantes com deficiências matriculados(as), uma vez que os mesmos podem apresentar necessidades específicas de aprendizagem, particularidades, na forma de manter interação e requerer algum tipo de serviço de apoio. Neste sentido, baseado nos princípios da Educação Inclusiva na perspectiva da Acessibilidade, o guia técnico-formativo para coordenadores(as) de curso aborda os seguintes conteúdos: princípios da Educação Inclusiva, políticas, fluxos de ação e orientações pedagógicas e atitudinais.

Ficha técnica

Título: Inclusão no Ensino Superior: material de apoio para coordenadores(as) de curso

Autores: José Tadeu Acuna; Lucia Pereira Leite

¹ Psicólogo. Mestre e doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Pós-Doutorando em Educação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Bauru)), Faculdade de Ciências. tadeuacuna@gmail.com.

² Professora Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Faculdade de Ciências – UNESP - Bauru/SP. Livre-docente em Psicologia da Educação. Pós-doutorado em Educação Especial e Mestrado e Doutorado em Educação pela UNESP. lucia.leite@unesp.br.

Tipo de material: material didático

Número de páginas: 24

Público-alvo: Coordenadores de cursos de graduação

Prévia do material



INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: MATERIAL DE APOIO PARA COORDENADORES(AS) DE CURSO

Deficiências e Transtornos do Neurodesenvolvimento

Transtornos do Neurodesenvolvimento

Considerando sua condição e devido as barreiras que o sujeito encontra ao longo de suas vivências, podem surgir diversas dificuldades que variam em intensidade e frequência. As mais comuns estão no campo da comunicação e sua expressão/interpretação, rigidez cognitiva e controle comportamental.

A consulta ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em sua 5ª versão (DSM-V) permite organizar os transtornos do neurodesenvolvimento em tipos e subtipos:

Transtornos do Neurodesenvolvimento			
Transtorno da Comunicação	Transtorno da Escrita	Transtorno da Leitura	Transtorno da Escrita
Transtorno da Escrita	Transtorno da Leitura	Transtorno da Escrita	Transtorno da Escrita
Transtorno da Escrita	Transtorno da Leitura	Transtorno da Escrita	Transtorno da Escrita
Transtorno da Escrita	Transtorno da Leitura	Transtorno da Escrita	Transtorno da Escrita

Conceitos e Políticas

Políticas Públicas Educacionais Inclusivas

Normativa	O que preconiza
Constituição Federal.	Garantia dos direitos e deveres dos grupos sociais historicamente marginalizados por condições variadas.
Lei nº 10.436, Lei da LIBRAS.	A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.
Portaria nº 3.284.	Condições de acessibilidade e de recursos pedagógicos que uma IES deve ter para ingressar em cursos de graduação.
Decreto nº 186.	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008	Definiu e operacionalizou Educação Especial.
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.	Definição de TEA e dispõe sobre os direitos da pessoa nessa condição.
Lei 13.146 Estatuto da Pessoa com Deficiência.	Determina direitos e orienta fluxos de ações para garantir a inclusão pessoa com deficiência.

Superando barreiras atitudinais

O estigma é uma marca atribuída a quem possui uma característica(s) considerada(s) como negativa(s), ela indica déficit ou algo com valor social reduzido. A atribuição de estigma deriva de preconceito, compreendido como um conjunto de crenças que limita e rejeita o indivíduo a uma característica. Além disso, o preconceito revela uma disposição atitudinal, ou seja, sentimentos e reações emocionais negativas em relação ao estigmatizado. **Em sala de aula isso produz barreiras atitudinais. COMO SUPERÁ-LAS?**

- Considerar a diversidade de características pessoais como algo inerente ao ser humano. Diferenças, desconhecidas, sociais e acadêmicas não fazem as pessoas melhores ou piores.
- Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, o termo correto é **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. Não se diz a ela como é deficiente, ou outros nomes que reduzem o sujeito a uma condição.
- A condição de pessoa com deficiência não é motivo de choro. Não faça piadas ou zombarias, não se case com ela alguma.
- Desacreditar e subestimar a pessoa com deficiência devido a sua condição é preconceito. Compreenda que ela tem uma outra performance e que as suas dificuldades são provocadas por um meio não adaptado a ela.
- Quando presenciar uma situação de preconceito denuncie, esteja do lado da vítima, preste sua solidariedade e apoio.

Coordenação Inclusiva: fluxo de ações

1º passo

Identificar quem são os estudantes com algum tipo de deficiência ou com alguma necessidade educacional específica (NEE). O(a) coordenador(a) poderá solicitar esses dados à seção técnica de graduação, uma vez que no momento da matrícula e matrícula o aluno pode se autodeclarar com algum tipo de NEE.

É importante certificar-se da presença desses estudantes no curso, então sugere-se que a coordenação elabore um Questionário Virtual de Identificação de NEE (QVI-NEE) e envie para eles logo no início de cada semestre, com o intuito de levantar informações úteis para a organização e mobilização de recursos aos estudantes que por ventura solicitarem algum tipo de apoio.

O QVI-NEE pode ser elaborado coletivamente entre coordenador e professores, uma vez que cada curso tem suas especificidades, inclusive, esse tipo de trabalho favorece interações de cooperação. Por outro lado, para facilitar o trabalho de coordenação, propomos uma estrutura de QVI-NEE:

Informações acadêmicas	Se autodeclarou com deficiência?	Faz algum acompanhamento?	Tem Necessidade Educacional Específica?
Requer algum tipo de apoio específico para acompanhar as aulas?	Requer adaptação para fazer avaliações?	Sugestões aos professores	Uma Universidade inclusiva é...

ACONTECEU UMA SITUAÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO NO CURSO, O QUE FAZER?

É comum que a pessoa que sofreu alguma discriminação não deseje mais exposições, por medo de retaliação de outros ou até mesmo por não estar em condição psicológica para falar sobre o caso. Dessa forma, é preciso sondar a situação e os envolvidos com sutileza. Solicitar esclarecimento aos professores e outros estudantes pode auxiliar no conhecimento do caso. Abordar informalmente o estudante que foi vítima é uma das possibilidades. Se ele expor a situação, ouça com atenção, informe a possibilidade de acionar serviço psicológico, converse diretamente com os envolvidos e tome providências cabíveis.

Agradecimentos

À CAADI – Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, pelo apoio à pesquisa.

Eixo prioritário

Eixo 1: As pessoas com deficiência na Universidade: relatos de experiências

Eixo secundário

Eixo 6: Vida Digna e Boa na Cidade: acesso, acessibilidade e enfrentamento de barreiras e das expressões do capacitismo no mundo atual

Fonte(s) de financiamento

CNPq – Processo 150015/2024

Dados de submissão da pesquisa para a Plataforma Brasil/Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

CAAE: 80493724.0.0000.5398